



Nem cidadãos, nem brasileiros: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845).

São Paulo: Alameda, 2012.
292 p.

Fernanda Sposito

Luana Soncini¹

A história da formação do Estado nacional brasileiro vem sendo reescrita sob novos recortes. A historiografia recente sobre o tema demonstra um esforço de compreender a provisoriedade das identidades e dos projetos políticos que foram sendo forjados no contexto de crise que caracteriza o momento de emergência dos Estados nacionais latino-americanos². No entanto, pouco se tem aprofundado sobre o conflito entre os grupos que disputavam os projetos políticos de nação e as populações que não partilhavam dos mesmos pressupostos. Embora não exclusivamente, as populações indígenas compunham esse segundo grupo de maneira evidente. Elas não confrontavam diretamente o projeto de Estado nacional brasileiro, mas se constituíam como forma alternativa e operante de organização política e territorial.

O estudo da história dos indígenas ainda é bastante incipiente no Brasil. Há que se considerar, todavia, que, ao menos nos contextos em que esses se encontravam no mesmo território em que estavam instaladas as vilas e fazendas dos “brasileiros”, desconsiderá-los significa ignorar a própria realidade vivida pelos nacionais. O livro *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)*, fruto da dissertação de mestrado de Fernanda Sposito, apresenta a inegável contribuição de suscitar o tema.

Como a autora identifica, a historiografia brasileira consagrada, incluindo autores como Francisco Adolfo

Varnhagen, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, não ignora a presença indígena, mas minimiza o papel dessas populações no processo histórico. O silêncio resulta, evidentemente, das concepções contemporâneas a tais autores, que por variadas razões não consideravam as populações indígenas como agentes históricos. A partir dos anos 1970, a “história dos índios” passa a fazer parte das preocupações dos historiadores. Apesar disso, a lacuna persiste, o que pode ser resultado da dificuldade imposta pela documentação existente, como é possível acompanhar por meio do próprio estudo de Sposito. O estudo está dividido em duas partes, as quais pretendem oferecer a compreensão de duas dimensões da realidade, o universo da representação e o do cotidiano³. Para tanto, foram analisados documentos produzidos no centro do Império, incluindo conjuntos de leis e decisões administrativas, anais do Senado e da Câmara, documentos do arquivo da Câmara dos Deputados e os periódicos do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Além desses, foram consultados documentos relativos à Província de São Paulo, como relatórios e discursos dos presidentes da Província, correspondências entre autoridades locais, medidas administrativas e documentos do Conselho da Província de São Paulo (1823-1835) e, após 1835, da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo.

Na primeira parte do livro, que se ocupa do universo das representações, são analisados os debates e as negociações políticas relativos ao tratamento da questão indígena no centro do Império, a partir dos quais se evidencia que o “vazio legislativo” com relação ao tema, que perdurou até 1845, não significava ausência ou insignificância do problema naquele contexto. Já no primeiro capítulo são apresentados os debates sobre qual o *status* que seria conferido às populações indígenas pelo novo Estado, problemática que dá nome ao livro. A questão elucidada, em parte, a inexistência de legislação sobre o tema nos primeiros anos do Império, na medida em que os indígenas não eram considerados parte da sociedade política e tampouco da sociedade civil. Com relação à primeira, a condição de cidadãos era exclusiva dos homens livres e com renda mínima de 100 mil-réis por ano. No caso da sociedade civil, entendida nesse contexto como o conjunto de brasileiros, também não havia como enquadrar os indígenas, pois não adotavam a “causa da independência” e não partilhavam da cultura e dos valores “civilizados”. Ao mesmo tempo, referências indígenas compunham o conjunto de signos forjados para construir a identidade nacional. Isso se verifica no movimento nativista, no qual políticos adotavam codinomes de origem indígena como forma de diferenciação com relação ao colonizador, e no posterior indianismo, no qual se operava a ambígua valorização do indígena e do conquistador.

Nesse sentido, do ponto de vista dos nacionais, os indígenas eram apreendidos como aliados ou inimigos, alternando-se projetos de incorporação e aniquilamento, que são abordados no segundo capítulo da obra. A questão estava relacionada diretamente à necessidade de ocupação territorial e desenvolvimento econômico. Os indígenas, enquanto inimigos, dominavam partes do território, impedindo o avanço da ocupação e colocando em risco a própria soberania nacional. Nessa perspectiva, justifica-se a manutenção de práticas coloniais, como as guerras justas, instituídas em 1808 e assim mantidas até 1831, no início da Regência. Nos casos em que os grupos indígenas eram vistos como possíveis aliados, tornavam-se alvo de projetos de inserção na sociedade civil como trabalhadores. Isso se daria por meio dos aldeamentos e da catequese, o que solucionaria ao mesmo tempo a questão do trabalho, relacionada nesse momento ao fim do tráfico de africanos (1831), e o problema da ocupação territorial. Foi essa última definição que passou a vigorar a partir de 1845 com o *Regulamento das Missões de Catequeses e Civilização dos Índios*, primeira lei do Império sobre o tema, cujo desenvolvimento é analisado no capítulo três. Nesse capítulo é defendida a hipótese de que os debates e formulações dos intelectuais do IHGB, que foi criado em 1838, teriam subsidiado a elaboração do Regulamento, cuja definição mesclava características do diretório pombalino e das missões religiosas. Os aldeamentos contariam com um diretor laico, e os missionários, capuchinhos italianos, estariam subordinados ao Estado. Dessa forma se conclui que coexistem permanências e rupturas com relação às práticas coloniais relativas aos indígenas, que conformam a política indigenista do novo Estado.

A segunda parte do livro, também dividida em três capítulos, aborda a dimensão cotidiana da relação entre os nacionais e os indígenas. No quarto capítulo, a autora expõe as variações entre vilas do sudoeste paulista e de parte do que se tornaria a província do Paraná (1853) no que concerne às relações com os grupos indígenas presentes nesse território. Em vilas importantes, como Porto Feliz e Sorocaba, havia regiões não ocupadas pelos nacionais, nas quais a presença indígena se mostrava nos momentos conflituosos em que os paulistas se aproximavam desse território. Já em vilas como Itapeva e Iguape, a presença indígena era mais evidente, onde seus territórios eram contíguos às fazendas e propriedades dos nacionais, fator considerado como sendo de risco constante. De forma nomeadamente apartada, nesse mesmo capítulo são descritos os diversos grupos indígenas presentes no território estudado, principalmente com base em dados etnográficos, arqueológicos, antropológicos e linguísticos, além dos documentos consultados. A dificuldade de descrevê-los é pontuada da seguinte forma: “a definição do processo não é de todo precisa. Isso porque os grupos indígenas que apareceram nesses relatos não representaram a si mes-

mos, mas foram mostrados através dos olhares de seus opositores⁴, indicando as limitações da documentação e dos estudos existentes.

No capítulo seguinte são abordadas as variações da relação dos nacionais com os indígenas entre as décadas de 1820 e 1830. Num primeiro momento, são mantidas com maior ênfase as práticas coloniais de guerras justas, bandeiras e escravização de indígenas. A partir de 1830, apesar da continuidade das disputas por território, desenvolvem-se também táticas de aproximação com vistas à incorporação dos indígenas à sociedade nacional. Durante esse capítulo, pontua-se o objetivo de identificar o “ponto de vista dos índios”⁵, quando são apresentadas as diferenças de apreciação da realidade e de uso do território entre esses grupos e os nacionais. Apesar disso, o sexto e último capítulo inicia com a afirmação de que, até ali, os índios não haviam sido “considerados como agentes”, o que se justificaria pela perspectiva adotada no estudo, ou seja, do ponto de vista dos nacionais, os indígenas não eram entendidos como interlocutores⁶. Numa aparente mudança de perspectiva, a partir desse ponto do livro a realidade histórica seria analisada tendo em vista que os grupos indígenas eram “atores e interlocutores em relação a uma prática de expansão nacional”⁷. Disso decorre a interpretação de que a mudança de estratégia na abordagem dos nacionais com relação aos indígenas, a partir da década de 1830, relacionava-se tanto com as redefinições da política indigenista imperial, das quais se ocupou a primeira parte do livro, como com as mudanças de estratégias dos próprios indígenas, que variavam ao longo do tempo, e mesmo conforme a etnia com a qual se estabelecia a relação.

No entanto, também neste capítulo, é difícil apreender a agência dos grupos indígenas ao longo da narrativa. Seguem-se descrições de conflitos e negociações, com análises tímidas no que diz respeito à perspectiva dos índios. Entre elas, pode-se destacar a interpretação sobre as possíveis razões pelas quais esses apareciam como instáveis diante das tentativas de conversão e incorporação empreendidas pelos nacionais. Segundo a autora, eles “não passaram a viver junto aos paulistas e permitirem a presença deles em seus territórios porque queriam estar sujeitos a eles, mas porque podiam obter benefícios nas lutas contra as tribos inimigas ou outras vantagens táticas”⁸. A partir de trechos como esse, nota-se claramente um anseio, pontuado ao longo de toda a segunda parte do livro, por escrever uma história que contemplasse a complexidade do contato entre indígenas e nacionais. No entanto, seja por limitações da documentação pesquisada, seja pela inexistência de uma tradição de estudos com esse enfoque, a autora não arrisca interpretações mais aprofundadas. A obra aponta, portanto, para a necessária continuidade dos estudos sobre o tema, o que, para um trabalho em nível de mestrado, é sem dúvida um grande mérito.

NOTAS

¹ Historiadora e mestre pela Universidade de São Paulo. Contato da autora: luasoncini@yahoo.com.br.

² Destaca-se principalmente a contribuição do conjunto de historiadores vinculados ao Projeto Temático “Fundação do Estado e da nação brasileiros (1780-1850)”, apoiado pela Fapesp entre 2004 e 2008, mas que já vinha se articulando cerca de dez anos antes. Publicações inaugurais dessa vertente historiográfica foram o artigo de JANCSON, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000, e o livro JANCSON, István (Org.). *Brasil: a formação do Estado e da nação (1780-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2003. O Projeto Temático aglutinou historiadores de cerca de dez instituições de pesquisa e possibilitou a publicação de 22 livros, além de diversas teses e dissertações, da qual a contribuição de Fernanda Sposito faz parte.

³ SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 14.

⁴ *Idem*, p. 170.

⁵ *Idem*, p. 202.

⁶ *Idem*, p. 215.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Idem*, p. 220.